

Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 23 de dezembro de 2021 • Nº 1218 • R\$ 1,00

www.diariooacionista.com.br

Direito & Justiça

A decisão de não ter filhos e a autonomia da mulher

PÁGINA 4

TESOURO

Dívida Pública sobe e encosta em R\$ 5,5 tri

O baixo volume de vencimentos em novembro fez a Dívida Pública Federal (DPF) subir após dois meses seguidos de queda. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 5,373 trilhões em outubro para R\$ 5,49 trilhões em novembro, alta de 2,34%. O Tesouro prevê que a DPF continuará a subir. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), revisado no fim de maio, o estoque da DPF deve encerrar 2021 entre R\$

5,5 trilhões e R\$ 5,8 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 2,48%, passando de R\$ 5,106 trilhões em outubro para R\$ 5,233 trilhões em novembro. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 85 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis vinculados à taxa Selic (juros básicos da economia). Além da emissão líquida, houve a apropriação de R\$ 41,83 bilhões em juros. **PÁGINA 2**

INTERESSE NISSO AI

Em passo de cágado, Saúde tenta recuperar Conecte SUS

Depois do ataque hacker aos sistemas do Ministério da Saúde, o Conecte SUS completa, ontem, 12 dias fora do ar. Ainda não é possível emitir o comprovante de vacinação contra a Covid. No último dia 10, o Ministério da Saúde sofreu ataque de hackers na madrugada, tirando o seu portal do ar. A Polícia Federal investiga o caso, mas uma análise preliminar constatou que não houve sequestro de dados da pasta. A hipótese principal das autoridades é a de que a ação criminosa foi motivada por ativismo político na internet, o chamado hacktivism. Elas avaliam se houve perda de informações. Depois, o Ministério da Saúde sofreu novo ataque no dia 13. "Em relação a esse (ataque), foi algo de menor monta. **PÁGINA 5**

GENOCÍDIO

Queiroga enrola com consulta pública sobre vacina de criança



ABRASIL

O Ministério da Saúde fará, a partir de hoje, consulta pública sobre a vacinação contra a Covid-19 para crianças de 5 a 11 anos, autorizada pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) na semana passada. A consulta, cuja previsão foi publicada no Diário Oficial da União ontem, ficará disponível no site oficial da pasta até 2 de janeiro, "para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas". Depois disso, o ministério terá mais três dias para decidir sobre a adesão de crianças desta faixa etária no PNI (Programa Nacional de Imunização), conforme prazo estipulado pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga (foto). Há uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema, e o relator Ricardo Lewandowski autorizou ao governo apresentar o plano de vacinação para a faixa etária apenas no dia 5. **PÁGINA 5**

NOVEMBRO

Gasto de brasileiro no exterior quase dobra

Os brasileiros gastaram US\$ 618,5 milhões em viagens internacionais em novembro, quase o dobro do registrado no mesmo mês do ano passado, de US\$ 328,9 milhões. Os dados foram divulgados pelo Banco Central ontem. O volume também é maior que o observado no mês anterior. Em outubro, foram US\$ 530,9 milhões. Em novembro de 2019, os turistas estrangeiros desembolsaram US\$ 1,24 bilhão lá fora. O aumento se deu após flexibilização de restrições e avanço da vacinação contra Covid, mas o dólar alto, o medo do contágio e a perda de renda ainda impactam as viagens internacionais. **PÁGINA 2**

BOLSONARO-EM CHEFE

Governo tenta 'subornar' PF com 'proposta indecente' de salário



ABRASIL

O governo Jair Bolsonaro (PL) (foto) estuda a possibilidade de elevar o salário máximo de delegado da Polícia Federal para o teto do funcionalismo público, atualmente em R\$ 39.293,92 – o mesmo de um ministro do STF (Supremo Tribunal Federal). De acordo com integrantes do

governo que participam das negociações, os valores ainda não foram fechados, e é provável que as definições ocorram só em janeiro. Será necessário acomodar demandas dos policiais dentro que for disponibilizado no Orçamento de 2022. **PÁGINA 3**

AL QAEDA

EUA incluem em lista de terrorismo rede no Brasil

O governo dos EUA incluiu uma rede brasileira de indivíduos e empresas supostamente ligada à Al Qaeda na lista de terrorismo do Departamento do Tesouro, informou a embaixada americana ontem. Haytham Ahmad Shukri Ahmad Al-Maghrahi, 35, egípcio naturalizado brasileiro, Mohamed Sherif Mohamed Awadd, 48, de nacionalidade egípcia e síria, e Ahmad Al-Khatib, 52, de nacionalidade egípcia e libanesa, terão bens e contas nos EUA congelados. Também são alvo de sanções as empresas Home Elegance Comércio de Móveis, cujo nome fantasia é Marrocos Móveis e Colchões, e Enterprise Comércio de Móveis e Intermediação de Negócios. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA: -0,24% / 105.243,72 / -256,16 / Volume: 18.686.718.605 / Quantidade: 2.941.685				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	0,02% (nov.)	EURO turismo									
Maiores Altas				Maiores Baixas				Mais Negociadas		Fechamento		Ufir	R\$ 3,7053	IPCA	0,95% (nov.)	Compra: 6,5193	Venda: 6,6993		
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.									
GETNET BR UNT	4,06	+23,40	+0,77	REDE D OR ON EJ NM	42,75	-5,67	-2,57	VALE ON NM	79,92	-0,52	-0,42	NASDAQ Composite	15.521,892	+1,18	Taxa Selic	9,25%	até o dia 22/dez	Compra: 5,7195	Venda: 5,7201
BANCO PAN PN EJ N1	10,76	+8,32	+0,83	MAGAZ LUIZA ON NM	6,16	-4,05	-0,26	PETROBRAS PN N2	28,16	-0,14	-0,04	Euro STOXX 50	4.209,91	+0,88	Poupança 3	0,49%	(23/12)	Compra: 5,6659	Venda: 5,6665
MELIUZ ON NM	3,31	+6,77	+0,21	GRUPO NATURA ON NM	25,77	-4,02	-1,08	BRADESCO PN EDJ N1	19,18	+0,47	+0,09	CAC 40	7.051,67	+1,24	BM&F/grama	R\$ 330,60		Compra: 5,7158	Venda: 5,8958
GRUPO SOMA ON NM	13,05	+3,08	+0,39	HAPVIDA ON NM	11,05	-3,24	-0,37	MAGAZ LUIZA ON NM	6,16	-4,05	-0,26	FTSE 100	7.341,66	+0,61	EURO Comercial				
BTGP BANCO UNT EJ N2	21,95	+2,57	+0,55	COGNIA ON ON NM	2,4	-3,15	-0,08	EMBRAER ON NM	23,60	+2,16	+0,50	DAX	15.593,47	+0,95	TR (prefixada)	0,0098	Compra: 6,4209	Venda: 6,4216	

DocuSigned by:

Autentico Acionista 6BF767B5695F4B6...

23-dez-21 | 5:43 AM BRT

DS

AUTENTIDADE GARANTIDA ao fazer o download em nosso site www.diariooacionista.com.br

MERCADOS



Dólar cai 1,2% e volta para a faixa de R\$ 5,66; Bolsa tem leve queda

Em uma sessão marcada por um maior apetite por risco entre os investidores em escala global, o dólar registrou queda de 1,25% frente ao real ontem, cotado a R\$ 5,667 para venda.

Os índices acionários dos Estados Unidos fecharam em alta, com ganhos de 1,02% do S&P 500 e de 1,18% do Nasdaq. O Dow Jones avançou 0,74%. Aqui, a moeda contabilizou recentemente seis altas em oito sessões, período em que rompeu a barreira dos R\$ 5,70 e acumulou um salto de 3,7%.

O alívio no dólar em todo o mundo nesta sessão pode ter sido também exacerbado pela menor liquidez, conforme investidores reduzem o ritmo antes do Natal e do Ano Novo. No Brasil, o volume de contratos de dólar futuro negociados na B3 mal superava 170 mil, 28% abaixo da média de 21 sessões (cerca de um mês) e 33% aquém da média de 42 pregões.

Em meio à menor liquidez, o BC (Banco Central) proveu dólares ao mercado. A autori-

dade monetária vendeu o lote integral ofertado de US\$ 700 milhões (R\$ 4 bilhões) em swaps cambiais "novos" e, posteriormente, adiou o vencimento de US\$ 731 milhões (R\$ 4,18 bilhões) nesses derivativos.

As incertezas sobre a política fiscal acabaram pesando para o desempenho da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) que fechou com leve queda de 0,24%, aos 105.243 pontos.

Entre as maiores baixas do dia, se destacaram papéis de consumo, como Magazine Luiza (-4,05%, a R\$ 6,16) e Natura (-4,02%, a R\$ 25,77), bem do setor de saúde - Rede D'or recuou 5,67%, para R\$ 42,75, enquanto Hapvida cedeu 3,24%, a R\$ 11,05.

Na ponta contrária, as ações da Getnet saltaram 23,4%, para R\$ 4,06, após a companhia anunciar na véspera o pagamento de cerca de R\$ 250 milhões a título de juros sobre o capital próprio aos acionista.

TESOURO

Dívida Pública sobe 2,34% e encosta em R\$ 5,5 trilhões

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O baixo volume de vencimentos em novembro fez a Dívida Pública Federal (DPF) subir após dois meses seguidos de queda. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 5,373 trilhões em outubro para R\$ 5,49 trilhões em novembro, alta de 2,34%.

O Tesouro prevê que a DPF continuará a subir. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), revisado no fim de maio, o estoque da DPF deve encerrar 2021 entre R\$ 5,5 trilhões e R\$ 5,8 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 2,48%, passando de R\$ 5,106 trilhões em outubro para R\$ 5,233 trilhões em novembro. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 85 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis vinculados à taxa Selic (juros básicos da economia).

Além da emissão líquida, houve a apropriação de R\$ 41,83 bilhões em juros. Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 102,77 bilhões em títulos da DPMFi, o segundo menor nível do ano. No entanto, o baixo volume de vencimentos no mês passado fez a emissão líquida continuar com saldo positivo. Em novembro, venceram R\$ 17,77 bilhões, quase a totalidade em títulos corrigidos pela inflação.

A alta só não foi maior porque a Dívida Pública Federal externa (DPFe) caiu 0,41%, passando de R\$ 267,41 bilhões em outubro para R\$ 266,3 bilhões em novembro. O principal fator foi a pequena queda de cerca de 0,4% do dólar no mês passado.

COLCHÃO

Depois de cair nos últimos

dois meses, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) voltou a subir em novembro. Essa reserva passou de R\$ 1,011 trilhão em outubro para R\$ 1,097 trilhão no mês passado.

Atualmente, o colchão cobre quase um ano de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R\$ 1,155 trilhão em títulos federais.

Nos primeiros meses da pandemia da Covid-19, o governo queimou parte desse colchão para compensar a instabilidade no mercado financeiro. Em novembro do ano passado, o Banco Central teve de repassar ao Tesouro R\$ 325 bilhões para ajudar a recompor essa reserva. O restante está sendo feito com as novas emissões.

Em abril, a Emenda à Constituição do Novo Marco Fiscal, originária da PEC Emergencial, reforçou o colchão com mais R\$

140 bilhões da desvinculação do superávit de fundos públicos.

COMPOSIÇÃO

O baixo volume de vencimentos e a alta emissão de títulos vinculados à taxa Selic mudaram a composição da DPF. A proporção desse tipo de papel subiu de 36,15% para 36,69%. O PAF prevê que o indicador feche 2021 entre 33% e 37%. Esse tipo de papel voltou a atrair o interesse dos compradores por causa das recentes altas da Selic.

A fatia de títulos prefixados (com rendimento definido no momento da emissão) caiu de 29,04% para 28,89%. O PAF prevê que a parcela da Dívida Pública Federal corrigida por esse indicador terminará o ano entre 31% e 35%. O Tesouro tem lançado menos papéis prefixados, por causa da turbulência no mercado financeiro nos últimos meses. Esses títulos têm demanda maior em momento de estabilidade econômica.

REPRESÁLIAS

Receita tem debandada de até 500 chefes após aumento para policiais

RENATO MACHADO E MARIANNA HOLANDA/FOLHAPRESS

Após a aprovação do Orçamento para o ano de 2022, que privilegiou os policiais federais com reajuste, os auditores fiscais da Receita Federal deram início a um movimento articulado de entrega de cargos de chefia, que atinge algumas das principais unidades do país.

O Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita) estima que pelo menos 500 profissionais já abriram mão de seus cargos comissionados em protesto. Isso significa que eles deixam os cargos comissionados, mas seguem na carreira, uma vez que são profissionais concursados.

O sindicato já tem a confirmação de que 324 auditores da Receita abriram mão de seus cargos comissionados. O número é certamente maior, argumenta o sindicato, pois ainda não foi possível consolidar todos os arquivos que já chegaram das unidades regionais.

Esses profissionais atuam em pelo menos cinco regiões fiscais do país, que englobam os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Paraíba.

A categoria estima que o maior impacto da mobilização vai se dar no setor de aduanas. Apenas a 8ª região, do estado de São Paulo, por exemplo, é responsável por 40% da arrecadação do país, além de concentrar os maiores aeroportos do país e o Porto de Santos, principal porta de entrada para produtos importados.

Os profissionais da Receita ainda afirmam que o governo do presidente Jair Bolsonaro

conseguiu um grande feito, ao conseguir unir contra si adversários históricos dentro da Receita Federal, os auditores fiscais e os analistas tributários.

As duas categorias divulgaram uma nota na noite de terça-feira passada, na qual afirmam que havia um acordo de 2016 que previa a instituição de bônus por desempenho e produtividade. No entanto, esses bônus, alegam, estão congelados desde então.

"Chegamos à votação da lei orçamentária de 2022 humilhados pelo descaso, aviltados ao constatar que até recursos ordinários da Receita Federal, necessários à continuidade das atividades da máquina arrecadadora, são carreados para o reajuste de categorias de outros órgãos, a despeito de haver, dentro do Ministério da Economia, um acordo pgresso a ser honrado", afirmou a nota conjunta do Sindifisco e do Sindireceita.

Na terça-feira, o Congresso Nacional aprovou o orçamento de 2022, após uma grande polêmica envolvendo os repasses para o fundo eleitoral e o reajuste para policiais, que configuram uma das principais bases de apoio do presidente Jair Bolsonaro na sociedade.

A peça orçamentária destinada R\$ 4,9 bilhões para o chamado fundão, após grande articulação de partidos da oposição e da base do presidente Bolsonaro, como o próprio partido do mandatário, o PL.

Além disso, por pressão do Palácio do Planalto, contrariando a orientação da Economia - o ministro Paulo Guedes está em férias - foi incluído no parecer do relator Hugo Leal (PSD-RJ) a reserva de R\$ 1,7 bilhão para reajuste para policiais federais.

BC

Gasto de brasileiro no exterior quase dobra em novembro

LARISSA GARCIA/FOLHAPRESS

Os brasileiros gastaram US\$ 618,5 milhões em viagens internacionais em novembro, quase o dobro do registrado no mesmo mês do ano passado, de US\$ 328,9 milhões. Os dados foram divulgados pelo Banco Central ontem.

O volume também é maior que o observado no mês anterior. Em outubro, foram US\$ 530,9 milhões.

O nível, contudo, ainda está

abaixo do registrado antes da pandemia de Covid-19. Em novembro de 2019, os turistas estrangeiros desembolsaram US\$ 1,24 bilhão lá fora.

O aumento se deu após flexibilização de restrições e avanço da vacinação contra Covid, mas o dólar alto, o medo do contágio e a perda de renda ainda impactam as viagens internacionais.

Nos últimos meses, a tendência de alta nos gastos de turistas no exterior se manteve, mas com o surgimento da nova va-

riante Ômicron e retomada de medidas de restrição em alguns países, esse movimento pode se reverter.

"No segundo semestre deste ano, era essa a tendência que se configurava (de recuperação), mas a nova variante adiciona incerteza", ressaltou o chefe-adjunto do departamento de estatísticas do BC, Renato Baldini.

Segundo ele, a evolução vai depender de como a nova cepa se comporta. "Podemos prosseguir na recuperação (em via-

gens) ou permanecer caminhando mais lentamente", ponderou.

Os turistas estrangeiros, por sua vez, gastaram US\$ 320,3 milhões no Brasil em novembro, 54,5 milhões a mais que em outubro e US\$ 134,9 milhões acima do mesmo mês de 2020.

A variante Ômicron foi identificada e registrada pela primeira vez na África do Sul em novembro deste ano. Ela já percorreu ao menos 77 países, inclusive o Brasil, de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde).

AÉREA

Itapemirim será multada por desrespeito aos consumidores

SUZANA PETROPOULEAS/FOLHAPRESS

O Procon de São Paulo anunciou que multará a Itapemirim Transportes Aéreos pela suspensão abrupta de serviços da companhia na última sexta-feira.

O órgão afirma que a resposta da empresa a seus questionamentos não atendeu às expectativas e que a multa, que pode chegar a R\$ 11 milhões, será aplicada diante do desrespeito aos consumidores.

Ainda segundo o Procon, mais de 133 mil passageiros - considerando viagens de ida e volta no período de 17 de dezembro a 17 de fevereiro - foram afetados pelo problema, segundo resposta da companhia.

"Diante da gravidade da situação, a empresa deve dar uma solução imediata aos passageiros - seja a realocação em outro voo ou a devolução dos valores. A equipe de fiscalização aplicará multa e estão sendo analisadas providên-

cias no âmbito criminal", disse o Procon.

Nas respostas ao Procon, a ITA afirmou que projeta retomar suas atividades em 17 de fevereiro de 2022.

A empresa teve 24 horas, encerradas na terça-feira passada às 18h, para informar ao Procon quais providências seriam tomadas. De acordo com o órgão, a empresa limitou-se a afirmar que dará o apoio e realizará o reembolso dos afetados.

"A suspensão abrupta das suas atividades revela falta de planejamento, de respeito pelos consumidores e mostra que a empresa não tinha condições de operar", analisou o órgão.

Procurada para comentar a decisão do órgão de defesa do consumidor, a Itapemirim informou que os questionamentos "foram respondidos tempestivamente", e que não tem medido esforços para realocar os passageiros.

Ainda segundo o Procon, a empresa informou que a suspensão ocorreu devido a proble-

mas ocasionados pela empresa terceirizada que prestava serviços técnicos de atendimento de rampa nas aeronaves e operações de carga, além de atendimento a passageiros.

Os funcionários da prestadora de serviços teriam abandonado os postos de trabalho na sexta passada, enquanto um acordo previa que as operações aconteceriam até 10 de janeiro.

Em nota, a Itapemirim reiterou o argumento e disse que detinha prazo para programação e contratação de funcionários próprios. "No mais, pontua que ofereceu garantias para que o prestador de serviço continuasse com o serviço, para progressivamente realizar a contratação dos funcionários necessários para substituição dos serviços prestados", afirmou.

Para o Procon, a ITA, ciente da previsão do fim da atuação da empresa parceira, deveria ter tomado medidas para evitar a suspensão inesperada dos serviços aéreos.

FGV

Confiança do consumidor sobe em dezembro

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), subiu 0,6 ponto em dezembro, ficando em 75,5 pontos. Em médias móveis trimestrais, o índice variou 0,1 ponto, para 75,6 pontos, depois de cair por três meses seguidos. No ano, o indicador fecha 2021 em queda de 2,6 pontos.

A coordenadora das Sondas do Instituto, Viviane Seda Bittencourt, explica que o ano foi difícil, principalmente para os consumidores de menor poder aquisitivo, refletindo o aumento das diferenças sociais também no ICC.

Para ela, o ano de 2022 será "desafiador" para a melhora da confiança do consumidor geral e também para a "diminuição da desigualdade na percepção dos desafios econômicos por famílias com diferentes níveis de renda".

<p>Diário do Acionista www.diariodoacionista.com.br</p> <p>Administração, redação e departamento comercial</p> <p>Rio de Janeiro São Paulo</p> <p>Av. Presidente Vargas, 962, sala 908 Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002 Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628 - Cláudio 99539-3634 - Vivo</p> <p>Rua Olímpias, 205 - 4º andar Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000 Tel.: (11) 2655-1899</p>		<p>Administração - Redação</p> <p>CESAR FIGUEIREDO - Diretor FELIPE SOARES - Diretor</p> <p>PAULO DETTMANN - Editor Chefe HAROLDO PAULINO - Diagramação</p> <p>redacaodiariodoacionista@gmail.com</p> <p>PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil</p> <p>ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS</p> <p>ACESSE NOSSO SITE</p>	
--	--	--	--

GENOCÍDIO

Queiroga enrola com consulta pública sobre vacina de criança

MARIANNA HOLLANDA/FOLHAPRESS

O Ministério da Saúde fará, a partir de hoje, consulta pública sobre a vacinação contra a Covid-19 para crianças de 5 a 11 anos, autorizada pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) na semana passada.

A consulta, cuja previsão foi publicada no Diário Oficial da União ontem, ficará disponível no site oficial da pasta até 2 de janeiro, "para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas".

Depois disso, o ministério terá mais três dias para decidir sobre a adesão de crianças desta faixa etária no PNI (Programa Nacional de Imunização), conforme prazo estipulado pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

Há uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema, e o relator Ricardo Lewandowski autorizou ao governo apresentar o plano de vacinação para a faixa etária apenas no dia 5.

Como um dos argumentos da AGU (Advocacia-Geral da União) para adiar a apresentação

do plano foi justamente a consulta pública, o ministro do STF exigiu a apresentação de documentos até o prazo estabelecido.

Além do resultado, Lewandowski pede metodologia empregada; plano amostral, indicando as pessoas consultadas e a área de realização da consulta; período de realização da consulta; sistema de controle; conferência e fiscalização da coleta de dados; questionário aplicado; e, é claro, o resultado.

Na segunda passada, Queiroga havia dito que "a pressa é inimiga da perfeição", e que a prioridade seria "segurança", ao ser questionado se não seria possível antecipar o processo para as últimas semanas deste ano.

Como resposta a uma queixa do ministro sobre não ter tido acesso à íntegra da decisão da Anvisa, a agência divulgou ontem os pareceres técnicos para liberar a vacina para crianças.

São dois documentos, um de 57 de páginas, e outro, de oito. O primeiro, segundo a Anvisa, reflete a avaliação do risco-benefício a partir de informações técnicas. O segundo, chamado de plano de gerenciamento de riscos, contém

ações de farmacovigilância.

A Anvisa exigiu ainda da Pfizer a inclusão de uma carta aos profissionais de saúde, disponibilizada em sites da própria agência e da empresa, bem como o uso de redes sociais para elucidar sobre o modo de preparo e administração do produto para a população pediátrica.

"Deve-se ter em mente que, para qualquer medicamento, existe um risco associado ao seu uso. Logo, medidas de minimização de risco adicionais poderão ser implementadas após a concessão de registro formal ou alteração pós registro, caso as atividades já propostas se mostrem insuficientes para gerenciar as preocupações de segurança", diz o documento da Anvisa.

Os pareceres também foram encaminhados por ofício ao ministério. Neles, não constam nomes de servidores ou diretores envolvidos na decisão.

A proposta de consulta pública na Saúde foi anunciada no final de semana pelo ministro, após reações negativas de Jair Bolsonaro quanto à possibilidade de vacinar crianças. Na transmissão semanal de quinta, o pre-

sidente chegou a dizer que divulgaria os nomes de técnicos e diretores da Anvisa que concederam autorização para a medida.

A declaração do chefe do Executivo foi vista como forma de intimidação por técnicos da agência, que, desde que autorizaram a vacina para crianças, vêm recebendo ameaças.

Da última sexta-feira até esta segunda, depois da live de Bolsonaro, foram cerca de 150 emails. "Último aviso", "alerta popular", "comunista sem caráter", "passe mal fdp" são alguns dos termos encontrados nessas mensagens.

Os emails foram encaminhados para a Polícia Federal (PF), que abriu inquérito.

Queiroga, por sua vez, deu respaldo à intenção do presidente de expor o corpo técnico da Anvisa. "Não há problema em se ter publicidade dos atos da administração. Acredito que isso é até um requisito da Constituição", disse a jornalistas em frente ao ministério, ao ser questionado se a iniciativa do mandatário não poderia acabar influenciando nas ameaças que os técnicos têm recebido.

INTERESSE NISSO AI

Em passo de cágado, Saúde trabalha para recuperar Conecte SUS

MARIANNA HOLLANDA/FOLHAPRESS

Depois do ataque hacker aos sistemas do Ministério da Saúde, o Conecte SUS completa, ontem, 12 dias fora do ar. Ainda não é possível emitir o comprovante de vacinação contra a Covid.

No último dia 10, o Ministério da Saúde sofreu ataque de hackers na madrugada, tirando o seu portal do ar. A Polícia Federal investiga o caso, mas uma análise preliminar constatou que não houve sequestro de dados da pasta.

A hipótese principal das autoridades é a de que a ação criminosa foi motivada por ativismo político na internet, o chamado hacktivismo. Elas avaliam se houve perda de informações.

Depois, o Ministério da Saúde sofreu novo ataque no dia 13. "Em relação a esse (ataque), foi algo de menor monta. Estamos trabalhando para recuperar isso o mais rápido possível", declarou o ministro Marcelo Queiroga na ocasião.

Por causa do primeiro ataque, o governo chegou a adiar a primeira portaria sobre entrada de viajantes no país, que passaria a valer em 11 de dezembro, um dia depois do ataque. Com o Conecte SUS fora do ar, muitos brasileiros não conseguiriam baixar o comprovante de vacinação do aplicativo.

O passaporte da vacina seria exigido como alternativa para a entrada de brasileiros e estrangeiros no país. Caso contrário, poderiam fazer quarentena e teste RT-PCR.

Logo depois, entretanto, a questão foi judicializada por uma ação do PT no Supremo Tribunal Federal (STF). O ple-



nário da corte acabou acompanhando o ministro relator Luiz Roberto Barroso (foto), que impôs a cobrança de passaporte da vacina, em todas as fronteiras, com exceção de brasileiros, que poderiam fazer quarentena.

A portaria com as novas regras foram publicadas na noite de segunda-feira passada, em edição extra do Diário Oficial da União.

Brasileiros ou estrangeiros residentes no país podem entrar com comprovante de vacinação contra a Covid-19 ou farão quarentena. Ficam liberados de cumprir as exigências quem deixou o país até 14 de novembro, quando ocorreu a primeira decisão do STF neste sentido.

A portaria não tem exceções que contemplem o aplicativo da Saúde fora do ar. Portanto, brasileiros que deixarem o país, podem ter de fazer quarentena de cinco dias, seguido de teste negativo para o Covid-19, caso não consigam comprovar as vacinas.

NAS ASAS DA MAMATA

Turma da mamata do governo viaja em aviões da FAB com amiguinhos

Os ministros da Saúde, Marcelo Queiroga, e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), o senador Cid Gomes (PDT-CE) e a primeira-dama Michelle Bolsonaro usaram jatinhos fretados no Congresso e aviões da FAB (Força Aérea Brasileira) de maneira, no mínimo, controversa em 2021.

A avaliação é dos autores de "Nas asas da mamata" (Matrix Editora, 2021), que contou a história da chamada "farra das passagens". De acordo com eles, os aviões da FAB, destinados com exclusividade ao Poder Executivo, e os jatinhos do Congresso serviram para fazer viagens não coincidentes com a agenda política pelo menos 12 vezes nos últimos dois anos.

A reportagem entrou em contato com Eduardo Bolsonaro, mas sua defesa ainda não se pronunciou.

Parte das informações está no livro, lançado em agosto deste ano. Outra parte foi compilada pelos autores enquanto a obra era impressa e depois do lançamento.

Os autores Eduardo Militão, Eumano Silva, Lúcio Lambraño e Edson Sardinha investiga-

ram que o custo dos voos, que incluiu amigos e parentes dos representantes políticos, ultrapassa R\$ 2,1 milhões no período.

Para eles, a falta de transparência existe mesmo depois da "farra das passagens aéreas", que investigou no fim dos anos 2000 mais de 560 políticos que viajaram com amigos e parentes com dinheiro público.

Após o escândalo, o Congresso passou a publicar detalhes de viagens dos parlamentares em voos comerciais, incluindo rota, nome dos passageiros, gastos feitos e proibição de parentes. No entanto, há brecha em voos da FAB ao exterior, por exemplo, que não exigem esse tipo de informação.

O deputado Eduardo Bolsonaro aparece duas vezes com as viagens a Israel, em 6 de março deste ano, onde participou de uma comitiva para discutir a compra do spray nasal contra Covid-19, e a participação na Expo Dubai com 69 convidados, em outubro, cuja foto em que aparece vestido como sheik com a esposa e filho viralizou.

Segundo o livro, as viagens do filho 03 do presidente Jair Bolsonaro (PL) custaram mais de R\$ 1,570 milhão aos cofres públicos.

O ministro Queiroga levou parentes a viagens pelo Brasil entre março e agosto deste ano em aeronaves da FAB. As despesas não foram reveladas. A mesma situação se repete em uma viagem feita pela ministra Damare Alves e a primeira-dama Michelle Bolsonaro em 24 de outubro, que também utilizaram aviões da Força Aérea.

Já o senador Cid Gomes fez um voo fretado a Salvador em 29 de setembro que custou R\$ 54 mil.

Ministros do Executivo, do TCU (Tribunal de Contas da União) e parlamentares gastaram R\$ 500 mil em uma viagem ao Fórum Jurídico de Lisboa em jatos da FAB no dia 15 de novembro, apontam os autores.

Em nota, a FAB declara que cumpre Decreto nº 10.267, de 5 de março de 2020, que dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades em aeronaves do Comando da Aeronáutica.

"Os dados incluem a autoridade solicitante, trajeto, data, horário de decolagem e de pouso, o motivo da solicitação, além da previsão do número de passageiros. Após a execução do voo, os dados são transcritos no site da FAB no primeiro dia útil subsequente, como declarado

pelo solicitante."

Já a pasta de Saúde diz que "cabe a autoridade solicitante o uso de vagas ociosas na aeronave."

Por sua vez, o ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos diz que a Damare cumpriu agenda na capital paulista e que, portanto, não houve irregularidades. Em nota enviada à reportagem, a pasta afirma que voluntários do programa Pátria Voluntária entraram no mesmo avião que Damare Alves.

"A referida missão oficial teve o propósito de cumprimento de agendas da ministra Damare Alves (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) e do ministro Gilson Machado (Ministério do Turismo) entre outras autoridades, em São Paulo. Entre as agendas, as autoridades visitaram o Instituto Olga Kors, que promove a inclusão de pessoas com deficiência intelectual no esporte", informa trecho da declaração.

"Além das autoridades citadas acima, a lista de passageiros encaminhada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para a FAB incluiu voluntários do programa Pátria Voluntária", conclui.

Os demais citados não se pronunciaram.

ção de atos de ocultação da origem e destino dos valores subtraídos".

Na primeira fase da operação, realizada no último dia 16, com apoio da CGU (Controladoria-Geral da União), a PF cumpriu 41 mandados de busca e apreensão e uma ordem judicial de prisão. Os primeiros mandados foram executados em Rio Branco, Cruzeiro do Sul (AC), Brasília e Manaus.

Na ocasião, segundo a polícia, foram identificadas dezenas de transações financeiras suspeitas em contas-correntes, pagamentos de boletins de cartão de crédito, transações com imóveis de alto valor e aquisições subfaturadas de veículos de luxo. A CGU apurou que o governo estadual empenhou R\$ 142 milhões para sete empresas suspeitas de integrar o esquema ilícito.

OPERAÇÃO PTOLOMEU

PF prende chefe de gabinete do governador do Acre

ANDRÉIA MARTINS E BEATRIZ GOMES/FOLHAPRESS

A chefe de gabinete do governador do Acre, Gladson Cameli (PP), foi presa ontem pela Polícia Federal, na segunda fase da Operação Ptolomeu, sob suspeita de obstruir as investigações de corrupção e lavagem de dinheiro relacionados a membros do governo do estado.

A prisão foi confirmada à reportagem pela PF. Na semana passada, Cameli foi um dos alvos da primeira fase da operação.

A prisão foi determinada pe-

lo STJ (Superior Tribunal de Justiça), que pediu também a "imediate instauração" de novo inquérito policial visando a apuração do crime de obstrução de investigação de organização criminosa. Ainda por determinação do STJ, policiais federais cumprem cinco mandados de busca e apreensão em Rio Branco.

Em nota, o Governo do Acre afirmou que a Operação Ptolomeu dá continuidade a procedimentos policiais anteriores. "O governador Gladson Cameli mais uma vez manifesta respeito, bem como colabora com to-

dos os passos da investigação, de modo que fique esclarecido que o governo sempre agiu dentro da legalidade e do interesse público."

A PF não divulgou o nome da chefe de gabinete. No site do Governo do Acre, o cargo é ocupado pela funcionária Rosângela Gama.

De acordo com a PF, a investigação que tramita no STJ apura se um "grupo criminoso, controlado por empresários e agentes políticos ligados ao Poder Executivo estadual acreano, atuava no desvio de recursos públicos, bem como na realiza-

